JULGAMENTO NO TSE

Relator vota para condenar Bolsonaro

Ministro Benedito Gonçalves diz que ex-presidente atuou para obter vantagens eleitorais e atacar democracia. Sessão continua amanhã

» LUANA PATRIOLINO

Na segunda sessão do julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que definirá o futuro político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, se manifestou pela inelegibilidade do ex-chefe do Executivo por um período de oito anos. Ele é acusado de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

O voto do relator foi dividido em três partes e ocupou toda a sessão da Corte. Por isso, o julgamento foi suspenso e será retomado às 10h de amanhã, com os votos dos ministros Raul Araújo, Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques e, por último, o presidente do tribunal, Alexandre de Moraes.

O processo trata da reunião que Bolsonaro fez com embaixadores, no Palácio da Alvorada, em julho do ano passado, na qual levantou suspeitas sobre o sistema eleitoral, sem apresentar provas. O encontro foi transmitido pela TV Brasil, emissora pública.

Benedito Gonçalves citou total responsabilidade de Bolsonaro, em uma atuação para obter vantagens no pleito de 2022. Segundo o ministro, a reunião "teve nítida finalidade eleitoral, mirando influenciar o eleitorado e a opinião pública nacional e internacional". "O uso da estrutura pública e das prerrogativas do cargo de presidente da República foi contaminado por desvio de finalidade em favor da candidatura da chapa investigada", frisou.

O relator também destacou que o fato trasborda a leviandade e as prerrogativas do cargo de chefe do Executivo "para promover o acirramento das tensões institucionais". De acordo com ele, Bolsonaro tentou deturpar a trajetória de três ministros do TSE "apenas para criar inimigos imaginários".

Forças Armadas

O voto de Benedito Gonçalves também abordou a relação de Bolsonaro com as Forças Armadas e o convite para militares acompanharem os testes de integridade das urnas eletrônicas. "As Forças Armadas passaram efetivamente a ocupar um papel central na estratégia do primeiro investigado (Bolsonaro) para confrontar o TSE. Existe um flerte perigoso e nada discreto com o golpismo", frisou.

Minuta do golpe

O ministro também votou para manter na ação a minuta do golpe. Destacou que a medida ganhou aval do TSE em fevereiro e que o fato tem relação com o processo, apesar de ter sido incluído posteriormente. O documento foi encontrado na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres e detalhava um plano para reverter o resultado das eleições que definiram Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República.

Na primeira parte da sessão, Gonçalves rejeitou a comparação feita pela defesa de Bolsonaro de que o TSE estaria quebrando a própria jurisprudência, pois, em 2017, retirou a inclusão de novas provas na ação que investigava a chapa Dilma-Temer. "A admissibilidade não confronta, não revoga e não contraria a nossa jurisprudência firmada nas eleições de 2014", enfatizou.

Silvio Avila/AFP



Segundo o relator, Bolsonaro usou o cargo e a estrutura da Presidência para espalhar notícias falsas

> **A reunião não é uma fotografia na parede. É patente a alta reprovabilidade da conduta"**
>
> ***Benedito Gonçalves,*** *relator do processo no TSE*

Antonio Augusto/Secom/TSE



Proposta de anistia

Em reação ao julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pode deixar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível por oito anos, o deputado Sanderson (PL -RS) vai apresentar um projeto de lei para beneficiar políticos que cometeram crimes eleitorais em 2022.

Sanderson é presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara. Ele sustenta que essa deve ser uma decisão soberana do Congresso. Se prosperar, a própria Casa teria força para derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso a proposta vá à sanção.

"Crimes eleitorais não se enquadram nas vedações da anistia", diz o deputado. Ou seja, Bolsonaro é alvo de ação na esfera eleitoral e, portanto, pode ser beneficiado.

Para Sanderson, o julgamento do TSE é uma perseguição ao ex-presidente e a políticos de direita. "Não fosse Jair Bolsonaro a figurar como réu, daria, no máximo, uma multa. Mas como é ele, querem decepá-lo politicamente", afirmou. "É uma pena capital: ele tem 70 anos, se eliminarem ele por oito anos, está fora da política. Se for condenado, é uma heresia jurídica", acrescentou.

A Comissão de Segurança da Câmara é dominada por bolsonaristas. Alguns integrantes já admitiam a derrota no julgamento do TSE. "Fica nossa torcida para que haja justiça. Se houver a inelegibilidade, vão criar mais ainda um mártir. Em 2026, vamos reverter essa situação", frisou Gilvan da Federal (PL-ES).

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Ex-presidente em seu labirinto

Com perdão para a memória de Simón Bolívar, o Libertador, e parafraseando Gabriel García Márquez, a história do ex-presidente Jair Bolsonaro começará a ser contada a partir de seu julgamento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que deve condená-lo à inelegibilidade até 2030. O ex-capitão, como o general de romance histórico da literatura latino-americana, construiu um labirinto do qual não consegue sair. Como o personagem fictício, cuja trajetória é fiel aos fatos históricos, Bolsonaro ingressa agora numa fase na qual toda glória se foi. Precisará de muita resiliência para enfrentar mais de uma dúzia de processos, sem a prostração e a angústia do mitológico caudilho de Gabo no final de sua vida.

Spoiler desse clássico da literatura universal: García Márquez, vencedor do prêmio Nobel de Literatura, ao contar a história de Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco, O Libertador, fala dos percalços da vida, do sofrimento e de sua sina cruel, que a realidade traz à tona sempre que pode, ao final da vida do caudilho.

O general em seu labirinto (Record), de 1989, começa de trás pra frente, nos últimos dias do caudilho venezuelano, durante sua derradeira viagem através do Rio Magdalena, quando rememora paixões, batalhas, derrotas e vitórias. Tecido pelas dores do declínio, seu labirinto é uma mente ambiciosa, muito inteligente e sagaz, que sonhou fazê-lo o chefe político e militar perpétuo de uma única grande nação, do México à Terra do Fogo, depois de conquistar a Venezuela, a Colômbia, o Equador e a Bolívia. O seu ocaso, porém, é cruel.

Voltemos a Bolsonaro. O ex-presidente da República é grosseiro e vulgar, mas não é burro. Inicialmente, não acreditava numa condenação, que agora é dada como certa por seus aliados e até por ele próprio. Nos últimos dias, já com a inelegibilidade dada como favas contadas, saiu da letargia e resolver mobilizar seus apoiadores pelas redes sociais para pressionar ministros do TSE. Seu objetivo é evitar uma condenação unânime e recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), mantendo-se na mídia como vítima de suposta perseguição política. O general Braga Netto, vice na sua chapa, que também é réu no processo, tem chance de escapar da condenação.

A cúpula do PL já trabalha com o cenário de Bolsonaro fora da disputa eleitoral. Suas declarações de que pretende se candidatar a vereador no Rio de janeiro, nas eleições do próximo ano, são coisa de quem está fora da realidade, no labirinto mental em que se enroscou. Já Braga Netto, não; em abril, o Ministério Público Eleitoral defendeu a rejeição das acusações contra ele. Caso escape da condenação, o que é mais provável, pode ser lançado candidato a prefeito do Rio de Janeiro, onde certamente teria a mesma base de apoio de Bolsonaro, inclusive das milícias. O prefeito Eduardo Paes (PSD) apoiou Lula nas eleições passadas.

Como foi o caso? Bolsonaro reuniu os embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada para denunciar a atuação do TSE, principalmente do seu presidente, ministro Alexandre de Moraes, acusando-o do propósito de fraudar as eleições nas urnas eletrônicas, sem apresentação de provas. Ocorre que as investigações sobre o 8 de janeiro também estão complicando a situação do ex-presidente. Mesmo que novas provas não sejam incorporadas ao processo, como a minuta do decreto de golpe encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, ou as gravações do celular do seu ex-ajudante de ordens, coronel Mauro Barbosa Cid, apreendido pela Polícia Federal.

Cenários

Além disso, a condenação de Bolsonaro pode criar jurisprudência para outros julgamentos de políticos acusados de crimes eleitorais, entre os quais as denúncias vazias contra as urnas eletrônicas. Nesse caso, haverá um strike nas bancadas bolsonaristas. Pode ser um revés ainda maior para o PL, de Valdemar Costa Neto, que trabalha para que Bolsonaro mantenha sua influência política, como o grande eleitor da legenda. Seu maior trunfo é a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, mas apenas para as eleições de 2026, em Brasília, porque não há eleições para vereador e prefeito na capital federal. Ela postularia uma vaga no Senado.

A inelegibilidade de Bolsonaro abre caminho para a reeleição de Lula, mas também para a despolarização política, com fragmentação da extrema direita ao centro político. É também um desafio para o presidente Lula, que precisa manter uma ampla coalizão de governo e uma maioria precária no Congresso, que até agora se estruturou graças à polarização política. Caso seu governo perca popularidade, alternativas surgirão na própria Esplanada dos Ministérios.

No momento, os principais candidatos ao espólio eleitoral de Bolsonaro não são homens da extrema direita, cultivam a imagem de políticos conservadores, porém esclarecidos: os governadores de Minas, Romeu Zema (Novo), que está no segundo mandato, e o de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PR), que poderá optar pela reeleição. Nenhum dos dois é ligado a Valdemar Costa Neto, presidente do PL, que precisará ter um candidato competitivo que canalize os votos de Bolsonaro.

O cenário com Bolsonaro enfraquecido aponta também para um quadro de realinhamento de forças nas eleições municipais. Como na velha política de conciliação entre luzias (liberais) e saquaremas (conservadores) do Império, o fato de haver uma ampla coalizão de governo não significa que seus integrantes esqueçam suas disputas nas eleições locais. É aí que Bolsonaro pode testar sua força.